

[Handwritten signature]
4

PROTOCOLO DE FORMAÇÃO

Entre

- A Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ)

e

- A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

É celebrado o seguinte **PROTOCOLO**:

Considerando que:

- Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 10, da Lei n.º 22/2013, de 26 de Fevereiro, os Administradores Judiciais estão obrigados a frequentar as ações de formação contínua definidas pela CAAJ (a entidade referida no seu artigo 31.º, criada pela Lei n.º 77/2013, de 21 de Novembro);
- Nos termos da mesma disposição, compete à CAAJ estabelecer os protocolos que julgue necessários;
- Da discussão pública dos modelos formativos dos Administradores Judiciais, e dos princípios apresentados em reunião do órgão de gestão da CAAJ em 23 de Dezembro de 2016, resulta que esta formação deverá basear-se na credenciação de módulos em ofertas formativas pré-existentes (mestrados, pós-graduações, etc.) e no desenvolvimento de ofertas formativas específicas;
- A principal missão da AT é administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos e exercer o controlo da fronteira externa da União Europeia, e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de proteção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Governo e o Direito da União Europeia.
- Constitui também missão da AT assegurar uma maior coordenação na execução das políticas fiscais definidas pelo Governo.
- A AT está particularmente vocacionada para desenhar, nos termos a acordar com a CAAJ, formação específica para os Administradores Judiciais e para admitir estes à frequência das suas ofertas formativas pré-existentes;

ACORDAM A CAAJ E A AT NO SEGUINTE:

4 

Cláusula Primeira

Anualmente, a CAAJ e a AT definirão por acordo um conjunto de ofertas formativas – dentro das pré-existentes, ou criadas à medida – que serão disponibilizadas por esta aos Administradores Judiciais que nelas se inscrevam, bem como os encargos a suportar por cada um dos inscritos e pela CAAJ.

Cláusula Segunda

A AT compromete-se a controlar a presença e participação dos Administradores Judiciais nas ofertas formativas que disponibilizar, quer elas sejam específicas, quer sejam integradas em ofertas formativas disponibilizadas ao público em geral, e a dar disso conhecimento à CAAJ.

Cláusula Terceira

Reciprocamente, a CAAJ compromete-se a reservar lugares para a participação de profissionais da AT nas ações de formação organizadas por sua iniciativa, que envolvam temas relevantes para a atividade da AT.

Cláusula Quarta

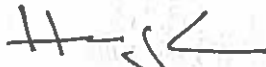
Independentemente dos modelos de cooperação institucional previstos nas anteriores cláusulas, a CAAJ compromete-se a definir, por acordo com a AT, uma equivalência entre as ofertas formativas pré-existentes nesta e as horas de formação obrigatória que vierem a ser estabelecidas para os Administradores Judiciais por regulamento da CAAJ, de modo a incentivar a participação voluntária destes nessas formações.

Cláusula Quinta

1. O presente Protocolo renova-se anualmente se não for denunciado por qualquer das partes com três meses de antecedência em relação à data de cada aniversário da sua celebração.
2. A comunicação prevista no artigo anterior poderá ser feita por carta registada ou para os endereços eletrónicos dos pontos de contato de cada parte, estabelecidos em anexo.

O presente protocolo é celebrado em Lisboa, aos 05 de junho de 2018.

CAAJ
Presidente



(Hugo Lourenço)

AT
O Subdiretor-Geral

Por Delegação de Competências
da Sr.^a Diretora-Geral



(Damasceno Dias)
Subdiretor-Geral